Investprev
seguros e previdência

Demonstrações Financeiras

Investprev Seguros e Previdência S.A.

30 de junho de 2017

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A
1º SEMESTRE DE 2017

Senhores Acionistas,

A Investprev Seguros e Previdência S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, coloca à disposição de V.Sas. para apreciação, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao primeiro semestre de 2017.

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, conjugadas com as normas emitidas pelo CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados.

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO

A empresa apresentou, no primeiro semestre de 2017, um prejuízo de R$ 726 (Setecentos e vinte e seis mil) em contrapartida a um prejuízo de R$ 1.468 (Hum milhão, quatrocentos e sessenta e oito mil) no mesmo período de 2016, uma redução de 50%. Houve uma redução de 30,65% nos prêmios emitidos em relação a 2016, assim como houve uma redução de 23,93% nos prêmios ganhos. As provisões técnicas de junho de 2017, com exceção do ramo Dpvat, totalizaram R$ 44.389 (quarenta e quatro milhões e trezentos e oitenta e nove mil) com ativos garantidores de R$ 52.276(cinquenta e dois milhões e duzentos e setenta e seis mil) restando R$ 7.887 (Sete milhões, oitocentos e oitenta e sete mil) de ativos livres.

Para 2017, a Investprev tem como objetivo manter o foco na comercialização dos planos de seguros.

“A Investprev Seguros e Previdência S.A comunica que, no dia 11 de junho de 2015, através de Leilão Extrajudicial, devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil nos termos do Ofício 7831/2015-BCB/DELIQ, Pe nº 63.636, de 19 de maio de 2015, teve o seu controle acionário vendido pelo Banco Rural S/A – ELE à empresa NPF SEGPAR PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na Praia de Botafogo, 440, 6º andar, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.404.895/0001-37. O processo de transferência do controle acionário encontra-se em tramitação.

CONTROLES INTERNOS

A Sociedade, visando o atendimento à Circular SUSEP n° 249/04, alterada pela Circular SUSEP n° 363/08, mantem contrato de Auditoria Interna com a Carraro e Associados Auditores Independentes, no intuito de aferir a manutenção de seus procedimentos de controles internos.

Todos os procedimentos necessários ao pleno atendimento à Circular SUSEP n° 517/15, alterada pela Circular SUSEP n° 521/15, foram observados, estando a Sociedade resguardada por um Sistema de Controles Internos em funcionamento, disponibilizado, via Intranet, para todos os colaboradores, contendo manuais, organogramas e fluxogramas que permeiam os processos e a estrutura da Sociedade, atendendo às determinações previstas neste normativo. A Estrutura de Gestão de Riscos Mencionada nos artigos 108-A a 108-Q da Circular SUSEP n° 521/15, está em fase de implantação, com o prazo de término definido pela circular para dezembro de 2017.

O Sistema de Controles Internos da empresa, voltado para a mitigação de riscos, visa à eficiência de suas operações e a observância às normas internas e externas, sendo o mesmo mantido em contínuo aprimoramento e considerado adequado ao porte e complexidade dos negócios.

PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO

O grupo Segurador Investprev, formado pelas coligadas, Investprev Seguros e Previdência, Investprev Seguradora e Invest Capitalização, promove periodicamente a atualização de todos os níveis de colaboradores, em todas suas empresas, visando capacitá-los, de acordo com as determinações da Lei 9.613 de 1998, alterada pela Lei nº 12.683 de 2012 e Circular SUSEP 445/12. Esta atualização insere as rotinas operacionais e faz parte integrante do Sistema de Controles Internos do grupo.

CAPITAL MÍNIMO – RESOLUÇÃO CNSP N° 321/2015

A Companhia acompanha os índices de solvência determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, quanto às exigências da Resolução CNSP nº 321 de 15 de julho de 2015, que estipula o PLA - Patrimônio Líquido Ajustado superior ao CMR – Capital Mínimo Requerido para operar nacionalmente. Como a mesma apresentou insuficiência de capital, foi encaminhado um novo Plano de Regularização de Solvência, protocolado na SUSEP sob o número de processo 15414.609747/2016-17. A aprovação do Plano encontra-se em análise pela Coordenação de Fiscalização Prudencial 1 da SUSEP.

Investprev
seguros e previdência

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA

Em atenção ao disposto na Circular SUSEP n° 517 de 30 de julho de 2015, a Investprev Seguros e Previdência declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reafirmamos nosso compromisso em continuar a construir esta empresa com vistas a torná-la cada vez mais importante no mercado segurador, nos especializando na elaboração de novos produtos que atendam as demandas do consumidor final.

Ao findar este semestre, reafirmamos nossa crença no comportamento ético, respeitando as Leis e Diretrizes que norteiam nossa atividade, que são os balizadores de nossa atuação na direção da Empresa.

Aproveitamos para agradecer aos nossos acionistas, clientes e aos nossos colaboradores, que contribuíram para a realização dos projetos da Empresa, transformando em realidade os nossos ideais.

Porto Alegre, 24 de Agosto de 2017.

Investprev
seguros e previdência

Balanços patrimoniais

30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016
(Em milhares de reais)

ATIVO	06/2017	12/2016
CIRCULANTE	**104.396**	**73.209**
DISPONÍVEL	**181**	**232**
Caixa e Bancos	181	232
APLICAÇÕES	**99.633**	**67.404**
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	**111**	**130**
Prêmios a Receber	111	130
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	**539**	**747**
Valores a Receber	539	747
Outros Créditos Operacionais	**366**	**684**
ATIVO DE RESSEGURO E RETROCESSÃO	**140**	**57**
Títulos e Créditos a Receber	**1.201**	**1.687**
Títulos e Créditos a Receber	942	1.235
Créditos Tributários e Previdenciários	83	78
Depósitos Judiciais e Fiscais	-	-
Outros Créditos	176	374
OUTROS VALORES E BENS	**2.178**	**2.178**
Bens a Venda	2.178	2.178
Outros Valores	-	-
EMPRÉSTIMOS E DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS	**18**	**18**
DESPESAS ANTECIPADAS	**14**	**14**
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	**15**	**58**
Seguros	13	10
Previdência	2	48
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**13.387**	**40.067**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**12.206**	**38.694**
APLICAÇÕES	**11.070**	**37.613**
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	**1.136**	**1.079**
Depósitos Judiciais e Fiscais	1.136	1.079
DESPESAS ANTECIPADAS	**0**	2
INVESTIMENTOS	**474**	**493**
Participações Societárias	214	229
Imóveis Destinados a Renda	256	260
Outros investimentos	4	4
IMOBILIZADO	**572**	**761**
Imóveis De Uso Próprio	-	-
Bens Móveis	461	640
Outras Imobilizações	111	121
INTANGÍVEL	**135**	**119**
Outros Intangíveis	135	119
DIFERIDO	**-**	**-**
TOTAL DO ATIVO	**117.783**	**113.276**

Investprev
seguros e previdência

Balanços patrimoniais
30 de junho de 2017 e 31 de dezembro 2016
(Em milhares de reais)

PASSIVO	06/2017	12/2016
CIRCULANTE	**91.428**	**85.568**
CONTAS A PAGAR	**715**	**683**
Obrigações a pagar	228	349
Impostos e encargos sociais a recolher	105	107
Encargos trabalhistas	176	108
Impostos e contribuições	175	89
Outras contas a pagar	31	30
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	**1.022**	**797**
Prêmios a restituir	1	**6**
Operações com resseguradoras	138	73
Corretores de seguros e resseguros	484	397
Outros débitos operacionais	399	321
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	**9**	**9**
Contribuições a restituir	**0**	**0**
Outros débitos operacionais	9	9
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	**2.036**	**1.805**
PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS	**62.409**	**58.845**
PESSOAS	61.025	57.030
VIDA INDIVIDUAL	157	553
VIDA COM COBERTURA POR SOBREVIVÊNCIA	1.227	1.262
PROVISÕES TÉCNICAS – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	**25.237**	**23.429**
PLANOS BLOQUEADOS	1.989	1.649
PLANOS NÃO BLOQUEADOS	13.865	12.595
PGBL / PRGP	9.383	9.185
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**15.813**	**16.480**
PROVISÕES TÉCNICAS – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	**15.124**	**15.756**
PLANOS BLOQUEADOS	3.541	3.645
PLANOS NÃO BLOQUEADOS	11.583	12.111
OUTROS DÉBITOS	**689**	**724**
Provisões judiciais	689	724
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**10.542**	**11.228**
Capital social	23.700	23.700
Reservas de capital	4	4
Reservas de lucros	467	467
Ajuste de avaliação patrimonial	19	(21)
Lucros ou prejuízos acumulados	(13.648)	(12.922)
(-) Ações em Tesouraria	(0)	(0)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**117.783**	**113.276**

Investprev
seguros e previdência

Demonstrações do resultado
30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais, exceto o lucro/ prejuízo líquido por ação)

	06/2017	06/2016
PRÊMIOS EMITIDOS	15.347	22.130
(+) CONTRIBUIÇÕES PARA COBERTURA DE RISCOS	3.133	3.339
(+/-) VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS	173	(947)
(=) PRÊMIOS GANHOS	18.653	24.522
(+) RECEITA COM EMISSÃO DE APÓLICES	1.191	1.205
(-) SINISTROS OCORRIDOS	(14.357)	(19.279)
(-) CUSTOS DE AQUISIÇÃO	(626)	(525)
(+) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	(857)	(1.461)
(+) RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGURO	(61)	(100)
(+) RECEITA COM RESSEGURO	-	-
(-) DESPESA COM RESSEGURO	(61)	(100)
(+) RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES E PRÊMIOS	38	33
(-) CONSTITUIÇÃO DA PROVISÃO DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	(5)	690
(=) RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES E PRÊMIOS DE VGBL	33	723
(+) RENDAS COM TAXAS DE GESTÃO E OUTRAS TAXAS	-	-
(+/-) VARIAÇÃO DE OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS	159	(1.523)
(+) BENEFICIOS RETIDOS	(2.289)	(1.849)
(-) CUSTOS DE AQUISIÇÃO	(82)	(88)
(+) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	(504)	(523)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(3.179)	(3.703)
(-) DESPESAS COM TRIBUTOS	(846)	(1.207)
(+) RESULTADO FINANCEIRO	2.135	2.340
(+) RESULTADO PATRIMONIAL	(4)	2
(=) RESULTADO OPERACIONAL	(635)	(1.466)
(+) GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES	(23)	1
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	(658)	(1.465)
(-) IMPOSTO DE RENDA	(68)	-
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-
(-) PARTICIPAÇÕES SOBRE O LUCRO	-	(3)
(=) LUCRO LÍQUIDO / PREJUÍZO	(726)	(1.468)
(/) QUANTIDADE DE AÇÕES	235.075	235.075
(=) LUCRO LÍQUIDO / PREJUÍZO POR AÇÃO	(3,09)	(6,24)

Investprev
seguros e previdência

Demonstrações dos fluxos de caixa
30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais)

	06/2017	06/2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/Prejuízo líquido do período	**(726)**	**(1.468)**
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	207	250
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	23	(1)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Ajustes	39	(24)
Variação nas contas patrimoniais:	443	(1.384)
Ativos financeiros	(5.686)	(15.445)
Créditos das operações de seguros e resseguros	337	201
Créditos das operações de previdência complementar	208	357
Créditos das operações de capitalização	-	-
Ativos de resseguro	(82)	(39)
Créditos fiscais e Previdenciários	(5)	379
Depósitos judiciais e fiscais	(58)	50
Despesas antecipadas	2	2
Custos de Aquisição Diferidos	43	(16)
Outros ativos	491	30
Impostos e contribuições	85	88
Outras contas a pagar	(53)	(332)
Débitos de operações com seguros e resseguros	225	96
Débitos das operações com previdência complementar	-	(5)
Depósitos de terceiros	231	488
Provisões técnicas - Seguros e resseguros	3.564	11.678
Provisões técnicas - Previdência complementar	1.177	1.269
Provisões judiciais	(36)	(184)
Outros passivos	-	-
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Operações	(14)	(2.628)
	-	-
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais	(14)	(2.628)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela Venda:	15	10
Investimentos	15	6
Imobilizado	-	-
Intangível	-	3
	-	-
Pagamento pela Compra:	(52)	(11)
Investimentos	-	-
Imobilizado	(37)	(11)
Intangível	(15)	-
	-	-
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimento	(37)	(1)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
		-
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Financiamento	-	-
		-
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(51)	(2.629)
		-
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	232	3.934
		-
Efeitos de flutuações das taxas de câmbio sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa		-
		-
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	181	1.304

Investprev
seguros e previdência

Demonstrações dos resultados abrangentes
30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016
(Em milhares de reais)

	06/2017	06/2016
Lucro líquido do período	**(726)**	**(1.468)**
Outros resultados abrangentes	**19**	**(21)**
Efeitos tributários sobre os resultados abrangentes (45%)	(9)	-
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	10	(21)
Resultado abrangente do semestre, líquido dos impostos	**(716)**	**(1.489)**
Resultado abrangente do exercício atribuível aos:		
Acionistas da empresa controladora	**(716)**	**(1.489)**

Investprev
seguros e previdência

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 06/2017

	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	AJUSTE COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
SALDOS ANTERIORES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015.	**23.700**	**-**	**4**	**-**	**467**	**3**	**(8.537)**	**-**	**15.637**
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TÍTULOS E VALOES MOBILIÁRIOS:	-	-	-	-	-	(24)	-	-	(24)
AÇÕES EM TESOURARIA	-	-	-	-	-	-	-	(0)	(0)
RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO	-	-	-	-	-	-	(1.469)	-	(1.469)
SALDOS FINAIS EM 30 DE JUNHO DE 2016.....	**23.700**	**-**	**4**	**-**	**467**	**(21)**	**(10.006)**	**(0)**	**14.144**
SALDOS ANTERIORES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016.	**23.700**	**-**	**4**	**-**	**467**	**(21)**	**(12.922)**	**(0)**	**11.228**
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TÍTULOS E VALOES MOBILIÁRIOS:	-	-	-	-	-	40	-	-	40
AÇÕES EM TESOURARIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO	-	-	-	-	-	-	(726)	-	(726)
SALDOS FINAIS EM 30 DE JUNHO DE 2017.....	**23.700**	**-**	**4**	**-**	**467**	**19**	**(13.648)**	**(0)**	**10.542**

Investprev Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Investprev Seguros e Previdência S.A. (doravante "Companhia"), controlada pelo Banco Rural S.A, é uma sociedade de capital fechado com fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, e tem como objetivo social operar em atividades de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida em geral no território nacional.

A Companhia está localizada na Av. Carlos Gomes, 222 – 10º andar, Sala 1.001, Porto Alegre – Rio Grande do Sul - Brasil.

Em 30 de junho de 2017, a Companhia mantém a mesma estrutura do controle acionário, ou seja, 99,99% do Banco Rural S.A.

Objetivando alavancar suas operações no mercado, a Investprev está retomando parcerias e elaborando novos planos de seguro de vida e acidentes pessoais com o intuito de atender as necessidades do público e acompanhar as tendências.

A Companhia está constantemente revendo processos e implantando melhorias com o intuito de maior agilidade na informação e redução de custos.

A Companhia está exposta a riscos que são provenientes de suas operações e que podem afetar seus objetivos estratégicos e financeiros.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho da Diretoria em 24 de agosto de 2017.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/2015, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP".

A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais entre ativo e passivo circulante quando estes atendem às seguintes premissas:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia (12 meses);
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; e
- Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço.

Todos os itens que não atendem ao exposto acima foram classificados como "não circulantes".

b) Base para mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção aos seguintes itens no balanço patrimonial:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

c) Comparabilidade

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC 26(R1) e instruções do órgão regulador. Para o balanço patrimonial a Companhia utilizou-se das informações constantes no período findo imediatamente precedente, 31 de dezembro de 2016 e para as demais peças, utilizou-se o mesmo período intermediário do ano anterior (semestre findo em 30 de junho de 2016).

d) Continuidade

A Companhia possui recursos para dar continuidade em suas operações no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta essa circunstância.
Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

e) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia, e estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia não possui ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data do fechamento do balanço.

f) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação, porém deve ser medido em bases confiáveis para que as demonstrações contábeis não sejam prejudicadas. Quando, entretanto, não puder ser feita uma estimativa razoável, o item não deve ser reconhecido na demonstração contábil. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

a) Classificação dos contratos de seguros e de investimento

As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no pronunciamento técnico CPC 11 – Contratos de seguros, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Além disso, a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP estabeleceu critérios para identificação de um contrato de seguro.

A definição de um contrato de seguro é quando a Companhia aceita um risco de um acontecimento futuro e incerto em troca da indenização ao segurado/beneficiário, caso este risco ocorra. Os contratos de resseguro também são tratados da mesma forma como contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.

Nesse contexto, a Administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimentos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis cujo vencimento das operações seja igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e vencimento e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação com ativos garantidores.

c) Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Valor justo por meio do resultado;
- Mantidos até o vencimento;
- Disponíveis para venda; e
- Empréstimos e recebíveis.

A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

- *Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado*

  Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são

medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

- *Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

  São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- *Empréstimos e recebíveis*

  Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto aos resseguradores. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

- *Determinação do valor justo*

  Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base nos preços divulgados. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação, que incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia.

Redução ao valor recuperável (ativos financeiros)

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pelo atraso ou não pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda

cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Passivos financeiros

Compreende, substancialmente, fornecedores, contas a pagar e as contas que compõem o grupo “débitos com operações de seguros”, que são reconhecidos, inicialmente, ao valor justo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

d) Prêmios de seguros

Os prêmios a receber e as respectivas despesas de comercialização são registrados pelo seu valor futuro, deduzido dos juros a apropriar que são reconhecidos pelo regime de competência como receitas financeiras.

A redução ao valor recuperável é calculada para cobrir as perdas esperadas na realização dos créditos com prêmios de seguros, e a mesma é constituída em sua totalidade, quando o período de inadimplência for superior a 60 (sessenta) dias da data do vencimento do crédito, e o seu montante corresponderá o total por devedor, independente de parcelas vincendas.

e) Custo de aquisição diferido (DAC)

Os custos de aquisição diferidos são comissões de corretagem, de agenciamento e outros custos de angariação diferida e são amortizadas de acordo com o prazo de vigência das apólices e/ou contratos.

f) Investimentos

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade de investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. Eventuais ganhos ou perdas na baixa ou alienação de propriedade de investimento são reconhecidos na demonstração do resultado no ano da referida baixa ou alienação.

Transferências são realizadas para a conta de propriedade de investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso, evidenciada pelo término da ocupação pelo proprietário, início de arrendamento mercantil para outra parte ou conclusão da construção ou incorporação. Para uma transferência de propriedade de

investimento para propriedade de uso próprio, o custo presumido para fins de contabilização subsequente corresponde ao valor justo na data da mudança no seu uso. Se o imóvel de uso próprio se tornar uma propriedade de investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

Quando a Companhia conclui pelos próprios meios a construção ou incorporação de uma propriedade de investimento, qualquer diferença entre o valor justo da propriedade naquela data e o seu valor contábil anterior é reconhecida na demonstração do resultado.

g) Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio utilizado na condução dos negócios da Companhia compreende: imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas, utensílios e veículos. O imobilizado de uso próprio é demonstrado ao custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo (exceto para terrenos, cujo ativo não é depreciado) até a data de 30 de junho de 2017. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um componente separado do ativo imobilizado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a Companhia e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Quando ocorre a substituição de um determinado componente ou "parte" de um componente, o item substituído é baixado, apropriadamente. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do período conforme incorridos.

A depreciação de itens do ativo imobilizado é calculada pelo o método pro rata die e conforme o período de vida útil estimada dos ativos (os terrenos não são depreciados). O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

As taxas anuais de depreciação utilizadas pela Companhia são: 10% para móveis, máquinas, utensílios, equipamentos de comunicação e segurança e de 20% para veículos e sistema de processamento de dados.

h) Intangível

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para os ativos intangíveis com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na

demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

i) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Pelas análises e julgamento efetuados, a conclusão da Administração é de que não é necessária a constituição de uma provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos não financeiros.

j) Contratos de arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil (*leasing*) são classificados em dois grandes grupos: operacionais e financeiros. O fator determinante para essa classificação, conforme CPC 06(R1) – Operação de arrendamento mercantil é a transferência dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem.

- *Arrendamentos operacionais*

  A Companhia possui contratos de arrendamento de aluguel da sala para a sede administrativa da Companhia. A Companhia, como arrendatário, determinou com base na avaliação dos termos e condições dos contratos firmados, que não retém todos os riscos e benefícios associados ao contrato, portanto, contabiliza as operações como arrendamento operacional.

Os pagamentos feitos pela Companhia referente aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

- *Arrendamentos financeiros*

  Durante o período de divulgação não existiam contratos de arrendamento mercantil financeiro vigentes na Companhia.

k) Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP, e estão assim resumidas:

- *Seguros*

  A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio retido correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método “pro rata die” e atualizada monetariamente, quando aplicável.

A Companhia constitui provisão relativa a riscos vigentes e não emitidos (RVNE), cujo valor foi determinado com base em cálculos atuariais que levaram em conta a experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial para prêmios emitidos em atraso mas com período a decorrer.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) e a provisão de despesas relacionadas – PDR são constituídas por estimativa de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações, determinada com base nos avisos de sinistros / despesas recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação.

Nos valores lançados em PSL – Judicial estão contidos os juros e atualizações monetárias devidas. O estoque de processos judiciais está sendo auditado e implementado controle informatizado, com sólidos investimentos em sistemas, processos e equipe, para segregar as informações por rubrica.

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é realizada com base na metodologia prevista na Circular SUSEP nº 517/2015.

- *Previdência*

As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob a forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente por e sob responsabilidade de atuário legalmente habilitado, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA). As provisões matemáticas representam o valor presente dos benefícios futuros, estimados com base em métodos e pressupostos atuariais.

A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada e a provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC) refere-se àqueles já em gozo de benefícios. Os encargos financeiros creditados às provisões técnicas são classificados como “despesas financeiras”.

As provisões que estão vinculadas aos seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) e aos planos de previdência da modalidade “gerador de benefícios livres” (PGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimentos especialmente constituídos (FIE’s).

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio retido correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método “pro rata die” e atualizada monetariamente, quando aplicável.

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) e a provisão de despesas relacionadas – PDR são constituídas por estimativa de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações, determinada com base nos avisos de sinistros / despesas

recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação.

Nos valores lançados em PSL – Judicial estão contidos os juros e atualizações monetárias devidas. O estoque de processos judiciais está sendo auditado e implementado controle informatizado, com sólidos investimentos em sistemas, processos e equipe, para segregar as informações por rubrica.

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é realizada com base na metodologia prevista na Circular SUSEP nº 517/2015.

A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a seguradora ou EAPC receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados.

l) Teste de adequação dos passivos – TAP (*"LAT – Liability Adequacy Test"*)

Para esse teste foi adotada uma metodologia que considera as obrigações decorrentes dos contratos de previdência complementar aberta e seguros em cumprimento ao disposto na Circular SUSEP nº 517/2015.

O cálculo do TAP foi realizado com prudência e objetividade, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais relevantes, aplicáveis e adequados, baseado em dados atualizados da Companhia.

Para as provisões constituídas nos planos de risco e de seguros (segmento de pessoas) os fluxos descontados apresentaram superávit, tendo em vista que estes planos possuem premissas conservadoras em suas bases técnicas.

Para as provisões constituídas nos planos de acumulação (FGB, PGBL e VGBL) a os fluxos descontados também apresentaram suficiência.

O cálculo foi elaborado por atuário externo e do ponto de vista global, por segmento, as provisões se mostraram adequadas em todas as segmentações, não tendo sido detectada qualquer necessidade de constituições de provisões adicionais na data-base das demonstrações financeiras.

Segue abaixo o quadro com os resultados do TAP líquidas de retrocessão:

Em milhares

TIPO	PROVISÃO	VP Fluxos de Caixa	Provisões Técnicas em 06/2017	Resultados Parciais
Previdência	PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	13.404	14.031	627
	PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	13.509	14.141	632
	PROVISÃO DE PRÊMIOS NÃO GANHOS - PPNG	5	5	-
	PROVISÃO DE RESGATES E OUTROS VALORES A REGULARIZAR - PVR	2.791	2.922	131
	PROVISÃO DE EVENTOS OCORRIDOS MAS NÃO AVISADOS - IBNR	403	422	19
	PROVISÃO DE DESPESAS RELACIONADAS - PDR	558	585	26
	PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - PSL	7.887	8.256	369
	PRÊMIOS FUTUROS	(31.934)	-	31.934
Seguros	PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.172	1.227	55
	PROVISÃO DE PRÊMIOS NÃO GANHOS - PPNG	31	33	1
	PPNG RVNE - RISCOS VIGENTES MAS NÃO EMITIDOS	3	4	-
	PROVISÃO DE DESPESAS RELACIONADAS - PDR	74	78	3
	PROVISÃO DE EVENTOS OCORRIDOS MAS NÃO AVISADOS - IBNR	729	763	34
	PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - PSL - ADMINISTRATIVA	1.363	1.427	64
	PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - PSL - JUDICIAL	474	496	22
	PROVISÃO DE VALORES A REGULARIZAR - PVR	-	-	-
	PRÊMIOS FUTUROS	(12.439)	-	12.439
			44.389	

m) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC n° 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, consideradas as orientações previstas na Circular SUSEP n° 517/15, sendo classificados nas seguintes categorias:

- *Contingências ativas*

  Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quanto da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

- *Contingências passivas*

  São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

- *Obrigações legais – fiscais e previdenciárias*

  Referem-se a demandas judiciais por meio das quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente, quando ocorre.

n) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas e o risco envolvido.

o) Apuração do resultado

As receitas com seguros e previdência cujo fato gerador é a vigência do risco são reconhecidas pelo regime de competência. Para os produtos de acumulação o reconhecimento da receita é o recebimento das contribuições.

As receitas e os outros custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculadas com base no histórico da emissão. Os valores estimados são ajustados e revertidos quando da emissão da fatura.

As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

p) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro líquido ajustado pelos itens definidos em legislação específica.

4. Gerenciamento de riscos

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- Risco de seguro;
- Risco de crédito;
- Risco financeiro:
    - Risco de mercado;
    - Risco de liquidez;
- Risco operacional.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e redução de cada um dos riscos acima mencionados.

A Seguradora dispõe de uma estrutura de gerenciamento de riscos que é composta por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações internas. A administração considera essa estrutura compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, processos e sistemas da Seguradora.

A estrutura interna de gerenciamento de riscos da Seguradora é composta pelas seguintes áreas:

- Departamento de controles internos;
- Departamento de análise de subscrição de risco;
- Departamento atuarial;
- Auditoria interna.

a) Risco de seguro

A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Esse risco é influenciado pelos seguintes fatores:

- Frequência e severidade dos sinistros;
- Histórico dos sinistros de longo prazo; e
- Características e perfil do risco.

Neste sentido a Seguradora entende que o principal risco transferido para si é o risco de que os sinistros avisados e os pagamentos de indenizações resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros.

A gestão de riscos é realizada através de regras de subscrição rigorosamente seguidas pelas áreas de subscrição, técnica e operacional. Cada produto ou cotação deve seguir os preceitos estabelecidos no manual de subscrição, notas técnicas, condições gerais e contrato de resseguro, sempre observando os limites e alçadas pré-definidas.

Em adição às ferramentas acima relacionadas, que são as diretrizes seguidas pela equipe de especialista em análise de riscos, a Seguradora realiza operações com resseguradoras como parte do seu programa de redução de riscos.

A concentração de riscos da Seguradora está no seguro de pessoas em todo o território nacional.

Análise de sensibilidade

Os produtos de seguros apresentam como principal risco de negócio o valor das perdas ou sinistros ocorridos superarem o valor das provisões técnicas e prêmios recebidos.

Há também incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões técnicas, quando estas são obtidas através de metodologias estatístico-atuariais. Um exemplo

disso é que o atual montante de sinistros estimados será confirmado apenas quando todos eles forem efetivamente liquidados pela Seguradora.

O teste de sensibilidade visa demonstrar os efeitos quantitativos sobre o montante estimado de sinistros declarados no passivo da Seguradora, bem como no patrimônio líquido ajustado (PLA), quando alterada alguma das variáveis aplicadas à metodologia de cálculo da provisão constituída numa determinada data base.

A análise de sensibilidade prevista no inciso XI do Artigo 156 da Circular SUSEP 517/2015 determina que se faça um recálculo das operações considerando outros cenários com alterações nas variáveis de despesas administrativas e índice de sinistralidade.

O quadro abaixo demonstra as variabilidades ocorridas considerando a alteração de premissas (em milhares):

	Balanço	**com + 5% DA**	**com + 5% DS**
Despesas Administrativas	4.025	4.226	4.025
Despesas com Sinistros	14.357	14.357	15.075
Resultado	(726)	(927)	(1.444)
PL	11.268	11.066	10.550

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Companhia.

Para análise do risco de crédito mais especificamente aos seus investimentos, a Companhia, para mitigar esse risco, optou pela diversificação da carteira em ativos classificados de baixo risco e em análises (ratings) efetuadas por agências classificadoras de risco em funcionamento do país. A carteira de investimentos é composta, em sua maioria, por quotas de fundos de investimentos vinculados a títulos públicos e fundos de investimento vinculados ao DPVAT, além de títulos privados (cujas instituições financeiras emissoras apresentam risco de crédito reduzido).

A tabela a seguir apresenta a distribuição da composição do risco da carteira de investimentos:

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	06/2017					12/2016		
	S & P	Moody's	Fitch	Outros	Saldo contábil	S & P	Outros	Saldo contábil
Ativo circulante/ não circulante								
Títulos para venda								
Títulos de renda fixa								
Letras Financeiras do Tesouro – LFT		-	-	-	**-**	brBB	-	**36.937**
Letras Financeiras - DAYCOL	**brA+**	**Aa2.br**	**AA(bra)**		**316**	-	-	**-**
Letras Financeiras - VOTORANTIN	**brAA-**	**Aa3.br**	-		**2.072**	-	-	**-**
Letras Financeiras - BANRISUL	**brA+**	**A1.br**	**A-(bra)**		**2.060**	-	-	**-**
Letras Financeiras - ALFA	-	**Aa1.br**	**AA(bra)**	-	**2.016**	-	-	**-**
Letras Financeiras SAFRA	**brAA-**	**Aa1.br**	-		**324**	-	-	**-**
Letras Financeiras - BRADESCO	**brAA-**	**Aa1.br**	**AAA(bra)**		**1.161**	-	-	**-**
Letras Financeiras - BB	-	**Aa1.br**	**AA+(bra)**	-	**775**	-	-	**-**
Letras Financeiras - BB	-	**Aa1.br**	**AA+(bra)**	-	**533**	-	-	**-**
Letras Financeiras - BB	-	**Aa1.br**	**AA+(bra)**	-	**754**	-	-	**-**
Certificado de Depósito Bancário – CDB (pós-fixado)	**brAA-**	-	-	-	**1.556**	-	-	**-**
Debêntures	-	-	-	Sem rating	**663**	-	Sem rating	**677**
Quotas de fundos de investimento – exclusivo	-	-	-	Sem rating	**10.603**		Sem rating	**10.446**
Quotas de fundos de investimento – não exclusivo	-	-	-	Sem rating	**28.123**	-	Sem rating	**1.664**
Quotas de fundos de investimento – DPVAT	-	-	-	Sem rating	**58.416**	-	Sem rating	**55.211**
Títulos de renda variável								
Ações	-	-	-	Sem rating	**81**	-	Sem rating	**71**
Títulos mantidos até o vencimento								
Depósito a Prazo com Garantia Especial	-	-	-	Sem rating	**1.239**	-	-	**-**
Exposição máxima ao risco de crédito	**-**	**-**	**-**	**-**	**110.692**	**-**	**-**	**105.006**

(*) O Fundo de Investimento Rural-Prev, cujo administrador e gestor é a Positiva CCTVM S.A não possui classificação de rating.De acordo com o regulamento, o fundo está com 100% alocado em títulos públicos federais com risco soberano.

c) Risco financeiro

A Seguradora está exposta a uma série de riscos financeiros transferidos pelos diversos ativos e passivos inerentes ao seu negócio. Os principais riscos associados aos instrumentos financeiros são:

- Risco de mercado; e
- Risco de liquidez.

c.1) *Risco de mercado*

Risco de mercado é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devido às oscilações nos preços de mercado dos ativos.

Para avaliação do risco de mercado de seu portfólio de investimentos a Seguradora utiliza o modelo "Value at Risk (V@R)", sendo que sua parametrização é a seguinte:

- Sem correlações;
- Volatilidade paramétrica;
- Nível de confiança de 95%; e
- Período de reversão de 1 (um) dia.

c.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de não ter acesso a recursos financeiros para investir na operação ou honrar seus compromissos. Ele é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos a pagar da Seguradora. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro.

Dentro desse contexto, a Seguradora possui uma política criteriosa de comercialização visando mitigar os riscos inerentes à subscrição, entre eles o risco de não recebimento do prêmio (inadimplência).

No âmbito dos ativos financeiros, a Seguradora investe recursos em ativos financeiros cujos emissores são amplamente conhecidos e confiáveis. Tais ativos possuem liquidez diária e podendo ser transformados em caixa rapidamente.

A combinação das características de subscrição e dos ativos financeiros, mencionadas acima, tende a reduzir o risco de liquidez.

d) Risco operacional

Riscos operacionais são os riscos de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura e de fatores externos.

Na Companhia, a gestão dos riscos operacionais envolve o mapeamento de procedimentos, elaboração de manuais operacionais, identificação e implementação de pontos de controle, visando a mitigação de riscos inerentes às atividades operacionais.

Gestão de capital

A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP, mas também para manter o retorno sobre o capital para os acionistas.

Operacional

A área Operacional tem como principal atividade funções de articulação e possui o objetivo de alavancar a produtividade dos clientes internos e externos, com o compromisso de gerar resultados por meio de suporte à operação e soluções que agregam valor à empresa. Para tanto, a Seguradora está realizando uma implementação diária na documentação de processos e treinamento, visando multiplicar conhecimento entre os colaboradores. As melhores práticas visam reconhecimento pelas demais áreas, como uma equipe dedicada na busca em

inovações, excelência na gestão de processos, eficácia na gestão de incidente e facilitadora para os novos produtos.

Tecnologia da Informação

Visando mitigar os riscos inerentes a Tecnologia da Informação, a Seguradora elaborou uma política para utilização de recursos computacionais que trata da confidencialidade da informação, direitos, deveres e responsabilidades dos usuários, licenciamento de software, política de senhas, além da disponibilidade de seus recursos. Para isto, deu ciência a todos os seus colaboradores, recolhendo a assinatura em um formulário especifico para este fim.

A administração da Companhia vem constantemente aprimorando seus processos, visando uma melhoria nos seus sistemas de informação, trazendo maior automaticidade, faz com que haja maior agilidade e qualidade da informação bem como controle às suas atividades e uma redução de custos, possibilitando assim alavancar suas potencialidades.

5. Aplicações financeiras

a) Aplicações financeiras por vencimento

Demonstramos abaixo a composição do saldo das aplicações financeiras em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

Descrição	Taxa de juros contratada %	06/2017					12/2016			
		Sem vencimento	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Valor total	Saldo contábil	Sem vencimento	Acima de 365 dias	Valor total	Saldo contábil
Títulos para venda										
Letras Financeiras do Tesouro – LFT		-	-	-	-	**-**	-	36.937	36.937	**36.937**
Letras Financeiras - DAYCOL	CDI - 113%	-	-	316	316	**316**	-	-	-	**-**
Letras Financeiras - VOTORANTIN	CDI - 105%	-	-	2.072	2.072	**2.072**	-	-	-	**-**
Letras Financeiras - BANRISUL	CDI - 107%	-	-	2.060	2.060	**2.060**	-	-	-	**-**
Letras Financeiras - ALFA	CDI - 104,75%	-	-	2.016	2.016	**2.016**	-	-	-	**-**
Letras Financeiras SAFRA	CDI - 104,3%	-	-	324	324	**324**	-	-	-	**-**
Letras Financeiras - BRADESCO	CDI - 112%	-	1.161	-	1.161	**1.161**	-	-	-	**-**
Letras Financeiras - BB	CDI - 112	-	775	-	775	**775**	-	-	-	**-**
Letras Financeiras - BB	CDI - 114	-	533	-	533	**533**	-	-	-	**-**
Letras Financeiras - BB	CDI - 114	-	754	-	754	**754**	-	-	-	**-**
Certificado de Depósito Bancário – CDB (pós-fixado)	CDI - 104,50	-	-	1.556	1.556	**1.556**	-	-	-	**-**
Debêntures	PRE - 100	-	-	663	663	**663**		677	677	**677**
Quotas de fundos de investimento – exclusivo	-	10.603	-	-	10.603	**10.603**	10.446		10.446	**10.446**
Quotas de fundos de investimento – não exclusivo	Selic	28.123	-	-	28.123	**28.123**	1.664		1.664	**1.664**
Quotas de fundos de investimento – DPVAT	Selic	58.416	-	-	58.416	**58.416**	55.211		55.211	**55.211**
Ações de companhias abertas		81	-	-	81	**81**	71		71	**71**
Título de Capitalização		11	-	-	11	**11**	11		11	**11**
Títulos mantidos até o vencimento						**-**			-	**-**
Recibo de Depósito Bancário – RDB (pós-fixado)	CDI - 106	-	1.239	-	1.239	**1.239**			-	**-**
Total por vencimento		**97.234**	**4.462**	**9.007**	**110.703**	**110.703**	**67.403**	**37.614**	**105.017**	**105.017**

Demonstramos abaixo a composição das quotas de fundos de investimentos exclusivos:

	06/2017		12/2016
	Saldo Contábil	% Aplicado	Saldo Contábil
Notas do Tesouro Nacional – NTN	**2.093**	**19,7%**	2.033
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	**8.461**	**79,8%**	8.377
Outras contas a pagar líquidas	**49**	**0,5%**	36
Total da carteira	**10.603**	**100%**	**10.446**
Circulante	**10.603**		**10.446**

O portfolio de investimentos da Investprev Seguros e Previdência S.A está com 99,93% alocado em renda fixa, sendo 87,82% em títulos públicos federais indexados a SELIC e 12,19% em títulos privados com indexação a CDI. Em renda variável a alocação está em 0,07% em ações de primeira linha.

O valor de mercado das quotas de fundos de investimento foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos administradores dos fundos nos quais a Companhia aplica seus recursos. Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Nacional das Instituições Financeiras do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA). As debêntures foram contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, e os títulos privados na CETIP S/A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
As quotas de fundos de investimento especialmente constituídos como recursos garantidores de planos de benefícios são administrados pela Positiva Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

b) Determinação do valor justo das aplicações financeiras

O valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data do balanço.

O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Em razão dos ativos financeiros da Companhia encontrarem-se integralmente alocados no padrão CDI/SELIC, os valores contábeis já estão registrados à mercado, ou seja, pelo valor justo dos ativos.

Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando o método de avaliação por níveis. Os diferentes níveis foram definidos conforme segue:

- *Nível 1* – os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

- *Nível 2* – outros dados, que não sejam os preços cotados em mercados ativos incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (isto é, derivado dos preços).

- *Nível 3* – os dados para o ativo ou passivo não se baseiam em dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado	**06/2017**		**12/2016**	
	Nível 1	**Total**	**Nível 1**	**Total**
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	36.937	36.937
Letras Financeiras	10.011	10.011		
Certificado de Depósito Bancário – CDB (pós-fixado)	1.556	1.556	-	-
Debêntures	663	663	677	677
Quotas de fundos de investimento – exclusivo	10.603	10.603	10.446	10.446
Quotas de fundos de investimento – não exclusivo	28.123	28.123	1.664	1.664
Quotas de fundos de investimento – DPVAT	58.416	58.416	55.211	55.211
Ações de companhias abertas	81	81	71	71
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	**Nível 1**	**Total**	**Nível 1**	**Total**
Depósito a Prazo Garantia Especial	1.239	1.239	-	-
Total por nível	**110.692**	**110.692**	**105.006**	**105.006**

A Companhia possui operações com aplicações financeiras cuja classificação se enquadra somente no nível 1 em 30 de junho de 2017.

c) Ativos oferecidos em garantia das provisões técnicas

Na tabela abaixo compreende as provisões técnicas, inclusive valores de PGBL/VGBL, com os respectivos ativos garantidores:

	06/2017		12/2016
	Valor líquido contábil	Garantia das Res. Técnicas	Valor líquido contábil
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	-	-	36.937
Letras Financeiras	10.011	10.011	-
Certificado de Depósito Bancário – CDB (pós-fixado)	1.556	1.556	-
Debêntures	663	663	677
Ações de Companhias Abertas	81	81	71
Quotas de Fundos de Investimentos	38.726	38.726	12.110
Depósito a Prazo Garantia Especial	1.239	1.239	-
Total	**52.276**	**52.276**	**49.795**
Provisões Técnicas Totais - Seguros	4.027		3.645
Provisões Técnicas Totais - Previd. Complem	40.362		39.185
Provisões a serem cobertas	**44.389**		**42.830**
Suficiência	**7.887**		**6.965**

d) Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 não havia contratos envolvendo operações de “swap”, opções ou outros instrumentos financeiros derivativos na Companhia.

6. Prêmios a receber

Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta de acordo com as vigências contratuais das apólices.

A Companhia avalia periodicamente os valores registrados na rubrica “11319 – Redução ao valor recuperável”, e mantém atualizada a provisão, constituída em sua totalidade, quando o período de inadimplência for superior a 60 (sessenta) dias da data do vencimento do crédito, e o seu montante corresponde ao total por devedor, independente de parcelas vincendas. O valor provisionado em 30 de junho de 2017 é de R$ (2.256) e em 31 de dezembro de 2016 é de R$ (2.092).

O quadro abaixo demonstra a movimentação do saldo de prêmios a receber entre 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2016	**130**
(+) Prêmios emitidos líquidos	2.153
(-) Cobrados / Cancelados	(2.008)
(-) Redução ao Valor Recuperável	(164)
Prêmios pendentes em 30 de junho de 2017	**111**

A composição dos prêmios a receber por decurso de prazo está demonstrada no quadro abaixo:

Prêmios a Receber	06/2017	12/2016	06/2017	12/2016	06/2017	12/2016
	Prêmios Vencidos		Prêmios Vincendos		Redução ao Valor Recuperável	
De 1 a 30 dias	**205**	209	**17**	115	**192**	194
De 31 a 60 dias	**54**	65	**2**	-	**-**	65
De 61 a 120 dias	**68**	146	**9**	-	**68**	146
De 121 a 180 dias	**65**	117	**9**	-	**65**	117
De 181 a 365 dias	**362**	270	**6**	-	**362**	270
Superior a 365 dias	**1.569**	1.300	**1**	-	**1.569**	1.300
Total	**2.323**	2.107	**44**	115	**2.256**	2.092

7. Valores a receber – Previdência Complementar

Os valores a receber registrados nessa rubrica são decorrentes das contribuições a receber de participantes, de acordo com as condições particulares de cada plano e valores a receber de órgãos averbadores, cujo valor em 30 de junho de 2017 é de R$ 539 (R$ 747 em 2016).

Contribuições pendentes em 31 de dezembro de 2016	**747**
(+) Contribuições emitidas líquidas	3.579
(-) Cobrados / Cancelados	(3.283)
(-) PDD	(504)
Contribuições pendentes em 30 de junho de 2017	**539**

A composição das contribuições a receber por decurso de prazo está demonstrada no quadro abaixo:

Contribuições a Receber	06/2017	12/2016	06/2017	12/2016	06/2017	12/2016
	Contribuições Vencidas		Contribuições Vincendas		Redução ao Valor Recuperável	
De 1 a 30 dias	**412**	454	**3**	145	-	-
De 31 a 60 dias	**124**	148	**-**	-	**-**	-
De 61 a 120 dias	**138**	298	**-**	-	**138**	298
De 121 a 180 dias	**130**	247	**-**	-	**130**	247
De 181 a 365 dias	**755**	574	**-**	-	**755**	574
Superior a 365 dias	**2.422**	1.822	**-**	-	**2.422**	1.822
Total	**3.981**	3.543	**3**	145	**3.445**	2.941

8. Títulos e créditos a receber

A composição dos títulos e créditos a receber em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está demonstrada no quadro abaixo:

	06/2017	12/2016
Valores a receber de sociedades ligadas	820	633
Valores a receber de outras instituições	70	70
Depósitos judiciais e fiscais	1.136	1.078
Direitos de resultado na venda de imóveis	-	-
Créditos tributários e previdenciários	83	78
Adiantamento sobre folha de salário	24	118
Adiantamento administrativo	1	-
Saldos bancários bloqueados	151	257
Outros	52	531
Total	**2.337**	**2.765**
Circulante	**1.201**	**1.687**
Não Circulante	**1.136**	**1.078**

9. Investimentos

Os investimentos estão compostos como segue:

		06/2017			12/2016
Descrição	**Taxa Anual de Deprec**	**Custo de aquisição**	**Depreciação**	**Saldo Contábil**	**Saldo Contábil**
Participações Societárias		214	-	214	229
Incentivos Fiscais		4	-	4	4
Imóveis					
Terrenos		90	-	90	90
Edificações	4%	210	(44)	166	170
Total		**518**	**(44)**	**474**	**493**

10. Imobilizado

O imobilizado está composto como segue:

		06/2017			12/2016
	Taxa Anual de Deprec	**Custo de aquisição**	**Depreciação**	**Total do Imobilizado**	**Total do Imobilizado**
Equipamentos / Equip nformática	10% / 20%	3.052	(2.719)	333	493
Móveis, Máq e Utensílios	*10%*	*326*	*(202)*	*124*	*143*
Benfeitorias Imóveis Terceiros	*(*)*	*636*	*(525)*	*111*	*121*
Veículos	*20%*	*48*	*(44)*	*4*	*4*
Total		**4.062**	**(3.490)**	**572**	**761**

(*) As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas em conformidade com o contrato de aluguel, ou seja, calculada pelo período da data de aquisição da benfeitoria até o final do contrato. A taxa aplicada é variável de acordo com o período de vigência do contrato de aluguel em cada filial.

11. Resseguro

Definimos a política de resseguro, tomando como premissa nossa capacidade de retenção por risco segurado, elaborada através de estudos atuariais.
Dessa definição constam: os riscos a ressegurar, lista dos Resseguradores e grau de concentração.

Os contratos de resseguro automáticos são firmados e renovados com periodicidade anual, além dos termos facultativos, consideram condições proporcionais, de forma a reduzir a exposição a riscos isolados.

A seguradora atua nos segmentos de seguro de pessoas e de previdência privada, garantindo através de seus contratos a entrega de um capital ou renda, ao segurado ou a terceiro, no caso de realização dos riscos segurados relativos à vida humana.

12. Depósitos de terceiros

As contas registradas em depósitos de terceiros são compostas por valores recebidos efetivamente e ainda não baixados, configurando uma conta transitória onde são registradas as operações de cobrança de prêmios e benefícios da Companhia.

O saldo total registrado nesse grupo em 30 de junho de 2017 é de R$ 2.036(R$ 1.805 em 31 de dezembro de 2016).

	Acionista Conta Depósito		**Prêmios e Emol. Recebidos**		**Valores a Reclas. Previd. Complem.**		**Outros Depósitos**	
	06/2017	**12/2016**	**06/2017**	**12/2016**	**06/2017**	**12/2016**	**06/2017**	**12/2016**
De 1 a 30 dias	**-**	**-**	**-**	**-**	**69**	**155**	**-**	**-**
De 31 a 60 dias	**-**	**-**	**-**	**-**	**80**	**94**	**-**	**-**
De 61 a 120 dias	**-**	**-**	**-**	**-**	**126**	**186**	**-**	**-**
De 121 a 180 dias	**-**	**-**	**-**	**-**	**69**	**88**	**-**	**-**
De 181 a 365 dias	**-**	**-**	**-**	**-**	**449**	**259**	**-**	**-**
Superior a 365 dias	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.243**	**1.023**	**-**	**-**
Saldo	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.036**	**1.805**	**-**	**-**

13. Detalhamento e movimentação das provisões técnicas

Segue a movimentação das provisões técnicas referente ao 1º semestre de 2017:

Movimentação das provisões técnicas brutas de resseguro (Previdência, VGBL e Vida Individual)

Provisão	Saldo em 31/12/2016	(-) Reversão	(+) Constituição	(-) Pagamento único	Saldo em 30/06/2017
PMBAC	15.204	(330)	384	-	**15.258**
PMBC	14.574	(967)	534	-	**14.141**
PPNG	172	(292)	133	-	**13**
PPNG-RVNE	-	-	-	-	**-**
PVR	2.857	(149)	214	-	**2.922**
IBNR	437	(40)	30	-	**427**
PDA	558	(116)	143	-	**585**
PSL	7.125	-	2.842	(1.656)	**8.311**
Total	**40.927**	**(1.894)**	**4.280**	**(1.656)**	**41.657**

Movimentação das provisões técnicas líquidas de resseguro (Previdência, VGBL e Vida Individual)

Provisão	Saldo em 31/12/2016	(-) Reversão	(+) Constituição	(-) Pagamento único	Saldo em 30/06/2017
PMBAC	15.204	(330)	384	-	**15.258**
PMBC	14.574	(967)	534	-	**14.141**
PPNG	172	(292)	133	-	**13**
PPNG-RVNE	-	-	-	-	**-**
PVR	2.857	(149)	214	-	**2.922**
IBNR	437	(40)	30	-	**427**
PDA	558	(116)	143	-	**585**
PSL	7.125	-	2.842	(1.656)	**8.311**
Total	**40.927**	**(1.894)**	**4.280**	**(1.656)**	**41.657**

Movimentação das Provisões Técnicas (Seguros) - Bruta de Resseguro

Provisão	Saldo em 31/12/2016	(-) Reversão	(+) Constituição	(-) Pagamento	Saldo em 30/06/2017
PPNG	102	(190)	113	-	**25**
PPNG-RVNE	4	(1)	-	-	**3**
PSL	12.190	(1.386)	1.388	(359)	**11.833**
IBNR	44.332	(471)	4.850	-	**48.711**
PROVAR	-	-	-	-	**-**
PDR	474	(52)	158	(39)	**541**
Total	**57.102**	**(2.100)**	**6.509**	**(398)**	**61.113**

Investprev Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2017
(Em milhares de reais)

Movimentação das Provisões Técnicas (Seguros) - Líquida de Resseguro

Provisão	Saldo em 31/12/2016	(-) Reversão	(+) Constituição	(-) Pagamento	Saldo em 30/06/2017
PPNG	102	(190)	113	-	**25**
PPNG- RVNE	4	(1)	-	-	**3**
PSL	12.190	(1.386)	1.388	(359)	**11.833**
IBNR	44.332	(471)	4.850	-	**48.711**
PROVAR	-	-	-	-	**-**
PDR	474	(52)	158	(39)	**541**
Total	**57.102**	**(2.100)**	**6.509**	**(398)**	**61.1134**

Desenvolvimento de Sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros ocorridos na data de publicação do balanço. Partindo do período em que o sinistro ocorreu e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos períodos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade dos sinistros à medida que os sinistros são avisados para a Companhia.

Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Em milhares

Montante estimado para os sinistros	jun/12	dez/12	jun/13	dez/13	jun/14	dez/14	jun/15	dez/15	jun/16	dez/16	jun/17	TOTAL
- No final do semestre do aviso	1882	1064	2501	1190	767	891	810	689	831	1242	922	
- Um semestre após o aviso	2427	1061	2478	1225	768	868	674	657	821	1268		
- Dois semestres após o aviso	2427	1061	2518	1225	760	874	694	636	821			
- Três semestres após o aviso	2427	1061	2518	1224	760	874	700	636				
- Quatro semestres após o aviso	2427	1061	2458	1226	760	874	712					
- Cinco semestres após o aviso	2427	1061	2459	1208	749	874						
- Seis semestres após o aviso	2427	1024	2429	993	749							
- Sete semestres após o aviso	2387	1024	2443	993								
- Oito semestres após o aviso	2380	1024	2443									
- Nove semestres após o aviso	2380	1024										
- Dez semestres após o aviso	2380											
Estimativa corrente	**2.380**	**1.024**	**2.443**	**993**	**749**	**874**	**712**	**636**	**821**	**1.268**	**922**	**12.822**
Pagamentos acumulados até a data base	**2.380**	**1.024**	**2.425**	**993**	**749**	**874**	**701**	**611**	**692**	**855**	**121**	**11.425**
Passivo reconhecido no balanço	**0**	**0**	**17**	**0**	**0**	**0**	**11**	**25**	**129**	**413**	**802**	**1.397**

14. Passivos contingentes

a) Obrigações legais

A Companhia não realizou demandas com ações judiciais na esfera fiscal no 1º semestre de 2017 e no exercício de 2016.

b) Provisões relacionadas a benefícios e sinistros judiciais, cíveis e trabalhistas

- *Benefícios / Sinistros/ Despesas Relacionadas*

  Os processos relacionados a benefícios / sinistros/ despesas relacionadas estão registrados no grupo "Provisões técnicas" nas rubricas "Provisão de Sinistros a Liquidar", "Provisão de Sinistros a Liquidar Judiciais" e "Provisão de Despesas Relacionadas à PSL" respectivamente. Referem-se à estimativa de perdas prováveis em ações referentes a benefícios / sinistros decorrentes do curso normal das operações, cujas obrigações e valores vêm sendo discutidos judicialmente pela Companhia. A Administração constitui as provisões, de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com base na opinião de seus consultores jurídicos, na jurisprudência, no histórico processual gerado em demandas anteriores, na análise das demandas judiciais pendentes, na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, bem como na importância segurada e regulações técnicas. O saldo registrado de benefícios em 30 de junho de 2017 é de R$ 4.277(R$ 3.487 em 31 de dezembro de 2016). Já o saldo registrado de sinistro em 30 de junho de 2017 é de R$ 549 (R$ 766 em 31 de dezembro de 2016).

- *Cíveis*

  A Companhia é parte em outros processos judiciais em razão do curso normal de suas operações. A Administração acompanha o andamento desses processos e, com base na opinião de seus assessores legais, para todos aqueles processos cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável, é constituída provisão para perda eventual. O saldo registrado em 30 de junho de 2017 é de R$ 289(R$ 427 em 31 de dezembro de 2016).

- *Trabalhistas*

  Os passivos contingentes decorrentes de litígios trabalhistas são apurados com base na média ponderada das perdas ocorridas nos últimos doze meses, aplicada sobre as causas em aberto, e, quando aplicável, são complementadas por provisão para causas específicas. O saldo registrado em 30 de junho de 2017 é de R$ 399 (R$ 297 em 31 de dezembro de 2016).

c) Composição e movimentação dos passivos contingentes e obrigações legais

A provisão das ações judiciais em andamento em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, segundo avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, é demonstrada no quadro abaixo:

	06/2017			12/2016		
Probabilidade de perda	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**	**Quantidade de ações**	**Valor reclamado**	**Valor provisionado**	**Quantidade de ações**
Sinistro						
Provável	549	549	21	766	766	10
Possível	563	-	14	562	-	13
Remota	372	-	3	140	-	2
Total	**1.484**	**549**	**38**	**1.468**	**766**	**25**
Benefícios						
Provável	4.277	4.277	79	3.487	3.487	82
Possível	2.942	-	58	3.389	-	71
Remota	1.082	-	17	1.525	-	21
Total	**8.301**	**4.277**	**154**	**8.401**	**3.487**	**174**
Cíveis						
Provável	289	289	69	427	427	84
Possível	144	-	24	159	-	25
Remota	60	-	12	70	-	16
Total	**493**	**289**	**105**	**656**	**427**	**125**
Trabalhista						
Provável	2.290	339	12	1.984	279	12
Possível	-	60	9	-	18	8
Remota	1	-	1	1	-	1
Total	**2.291**	**399**	**22**	**1.985**	**297**	**21**

O quadro abaixo demonstra a movimentação do saldo de provisões judiciais entre 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, abrangendo as provisões cíveis, trabalhistas e fiscais:

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2016	**724**
Baixa / Reversão	239
Inclusões	182
Atualizações	21
Saldo final em 30 de junho de 2017	**688**

O quadro abaixo demonstra a discriminação das provisões judiciais de sinistros/benefícios entre 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

(em milhares)	**06/2017**	12/2016
Saldo inicial do período	**4.253**	3.617
Total pago no período	**1.208**	138
Novas constituições no período base	**676**	221
Baixa de provisão por êxito	**137**	118
Alteração de estimativas	**1.012**	(10)
Atualização monetária	**230**	681
Saldo final do período	**4.826**	4.253

15. Benefícios a empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o respectivo serviço é prestado.

A Companhia, além dos benefícios aos empregados exigidos pelo acordo coletivo, como ticket refeição e alimentação, auxílio creche / babá, vale-transporte e plano de assistência médica, também oferece auxílio educação e assistência odontológica.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 30 de junho de 2017 é de R$ 23.700 e está representado por 235.075 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas pertencentes a acionistas domiciliados no país.

b) Dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com a lei societária e o estatuto.

c) Reserva legal

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social.

d) Reserva estatutária

As reservas estatutárias são constituídas por determinação do estatuto da companhia, como destinação de uma parcela dos lucros do exercício, e não podem restringir o pagamento do dividendo obrigatório.

Conforme previsto no artigo 25, Parágrafo Único, do Estatuto Social, a destinação da parcela remanescente dos lucros anuais, serão propostas pela diretoria.

e) Lucro / prejuízo por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro líquido / prejuízo por ação para os semestres findos em 2017 e 2016 (em milhares, exceto o lucro líquido / prejuízo por ação):

	06/2017	06/2016
Lucro Líquido / Prejuízo do período	(726)	(1.468)
Quantidade de ações	235.075	235.075
Prejuízo / lucro por ação – básico e diluído (em R$)	(3,09)	(6,24)

f) Patrimônio líquido ajustado (PLA)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO (PLA)	06/2017	12/2016
Ajustes Contábeis		
Patrimônio Líquido (+/-)	10.542	11.228
Participação em sociedades financeiras e não financeiras – nacionais ou no exterior (-)	214	229
Despesas antecipadas (-)	14	16
Ativos intangíveis (-)	135	119
Patrimônio Líquido Ajustado - Subtotal	**10.178**	**10.864**
Ajustes Associados à Variação dos Valores Econômicos		
Superávit de Fluxos de Prêmios/Contribuições não Registrados Apurado no TAP (+)	-	-
Superávit entre Provisões e Fluxo Realista de Prêmios / Contribuições Registrados		
Ajustes Associados à Variação dos Valores Econômicos	**-**	**-**
PLA (total) = PLA (subtotal) + ajustes assoc. à var. val. econômicos (+/-)	**10.178**	**10.864**
Capital Base (I)	**15.000**	**15.000**
Capital de Risco (II)	**8.801**	**10.359**
Capital de Risco de Subscrição	4.326	3.960
Capital de Risco de Crédito	962	353
Capital de Risco Operacional	275	261
Capital de Risco de Mercado	5.794	8.192
Correlação	(2.556)	(2.406)
Capital Mínimo Requerido (CMR) - (maior entre I e II)	**15.000**	**15.000**
Suficiência / Insuficiência de Capital (PLA - CMR)	**(4.822)**	**(4.136)**
Suficiência / Insuficiência de Capital (% - EC)	**-32,14%**	**-27,58%**
Necessidade de Cobertura de Provisões Técnicas (a)	**44.389**	**42.830**
Ativos Líquidos (b)	**52.276**	**49.795**
Ativos Líquidos em Excesso à Necessidade de Cobertura das Provisões (c)	**7.887**	**6.965**
Capital Base para Cálculo de Liquidez em Relação ao Capital de Risco	6.556	7.228
20% do CR Considerando Premissas do art. 65 Inc. V da Resol. CNSP nº 321/2015 alterada pela Resol. CNSP 343/2016 (d)	**1.311**	**1.446**
Liquidez em relação ao CR (Superior a 20%)	**6.576**	**5.518**

17. Transações com partes relacionadas

A Investprev realiza operações com empresas integrantes do grupo financeiro, as quais estão demonstradas conforme quadro abaixo:

	06/2017		12/2016	06/2016
	Ativo (Passivo)	**Receita (Despesa)**	**Ativo (Passivo)**	**Receita (Despesa)**
Banco Rural S/A				
Títulos e Créditos a Receber	726	-	551	-
Obrigações a Pagar	73	-	73	-
Outras Receitas Operacionais		-		22
Investprev Seguradora S/A				
Títulos e Créditos a Receber	23		27	-
Obrigações a Pagar	5	-	-	-
Invest Capitalização S/A				
Títulos e Créditos a Receber	71		55	
Obrigações a Pagar	-	-	-	-

i. *Remuneração do pessoal chave da Administração*

A Companhia não possui benefícios de curto e longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração para seu pessoal chave da Administração.

ii. *Outras informações*

Conforme legislação em vigor, sociedades seguradoras, entidade de previdência e sociedades de capitalização não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;

b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;

c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Companhia, quaisquer diretores ou administradores da própria Companhia, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não foram efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

18. Detalhamento de contas do resultado

a) Ramos de atuação e índices de sinistralidade e comercialização

	Prêmios ganhos		Sinistros retidos		Índice de sinistralidade (%)		Índice de comissionamento (%)	
Ramos	**06/2017**	**06/2016**	**06/2017**	**06/2016**	**06/2017**	**06/2016**	**06/2017**	**06/2016**
0977 – Prestamista	**89**	**20**	**(16)**	**1**	**18,17%**	**4,43%**	**50,50%**	**9,35%**
1381 – AP. Individual	**5**	**18**	**(18)**	**(2)**	**341,41%**	**10,83%**	**35,46%**	**13,44%**
0982 – AP. Coletivo	**826**	**800**	**(479)**	**(143)**	**58,06%**	**17,86%**	**23,48%**	**10,62%**
1391 – Vida individual	**15**	**40**	**(519)**	**(7)**	**3.454,12%**	**16,66%**	**12,20%**	**9,37%**
0993 – Vida em grupo	**983**	**1.055**	**(694)**	**(764)**	**70,61%**	**72,41%**	**8,28%**	**7,26%**
Outros	**-**	**-**	**(2)**	**(30)**	**-**	**-**	**-**	**-**
0588 – DPVAT	**13.262**	**19.989**	**(11.365)**	**(17.262)**	**85,69%**	**86,36%**	**1,20%**	**1,42%**
Pecúlio	**3.473**	**2.601**	**(1.264)**	**(1.072)**	**36,40%**	**41,22%**	**4,12%**	**2,88%**
Total	**18.653**	**24.522**	**(14.357)**	**(19.279)**	**76,97%**	**78,62%**	**3,36%**	**2,14%**

b) Sinistros

	06/2017	06/2016
Indenizações avisadas	**(7.319)**	(6.545)
Despesas com sinistros	**(2.429)**	(2.556)
Ressarcimentos	**1**	-
Variação das provisões de sinistros ocorridos mas não avisados	**(3.344)**	(9.107)
Variação das despesas relacionadas do IBNR	**(2)**	1
Despesas com benefícios	**(1.266)**	(1.078)
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados (Pensão + pecúlio + invalidez)	**2**	6
Total	**(14.357)**	(19.279)

c) Custo de aquisição

Previdência	**06/2017**	06/2016
Despesas de corretagem / agenciamento	**(155)**	(72)
Var. Desp corretagem/agenc diferidas	**-**	-
Despesas de custeamento de vendas	**(70)**	(91)
Total	**(225)**	(163)

Seguros	**06/2017**	06/2016
Comissões (-) VGBL	**(483)**	(450)
Var. Custo Aquisição Diferido	**-**	-
Total	**(483)**	(450)

Prazo médio de diferimento (dias) por ramo	06/2017	06/2016
982 - ACIDENTES PESSOAIS EM GRUPO	38	32
1381 - ACIDENTES PESSOAIS INDIVIDUAL	30	30
993 - VIDA EM GRUPO	30	30
1391 - VIDA INDIVIDUAL	30	29
MÉDIA GERAL	**33**	**31**

Movimentação dos Custos de Aquisição s/Dpvat	06/2017	06/2016
Agenciamento/ Corretagem	328	177
Variação das Despesas Diferidas	(4)	12
TOTAL	**324**	**189**

d) Despesas administrativas

	06/2017	06/2016
Despesas com Pessoal Próprio	**(762)**	(846)
Despesas com Serviços de Terceiros	**(744)**	(736)
Despesas com Localização e Funcionamento	**(850)**	(1.037)
Despesas com Publicidade e Propaganda	**-**	(1)
Despesas com Publicações	**(83)**	(72)
Despesas com Donativos e Contribuições	**(12)**	(10)
Outras	**(71)**	(317)
Despesas Administrativas do Convênio Dpvat	**(657)**	(684)
Total	**(3.179)**	(3.703)

e) Despesas com tributos

	06/2017	06/2016
Despesas com Impostos Federais	**(3)**	(13)
Despesas com Impostos Estaduais	**-**	(1)
Despesas com Impostos Municipais	**(66)**	(114)
Despesas com COFINS	**(481)**	(696)
Despesas com PIS/PASEP	**(78)**	(113)
Despesas com Contribuição Sindical	**(47)**	(46)
Despesas com Taxa de Fiscalização SUSEP	**(171)**	(217)
Outros Tributos	**(0)**	(7)
	(846)	(1.207)

f) Resultado Financeiro

	06/2017	06/2016
Receitas Financeiras		
Receita de Aplicações no Mercado Aberto	**4**	-
Receita com Títulos de Renda Fixa - Privados	**350**	39
Receita com Títulos de Renda Fixa - Públicos	**660**	2.179
Receita com Títulos de Renda Variável	**37**	39
Receita com Operações de Seguros	**1**	1
Receita com Créditos Tributários	**1**	42
Receitas Financeiras – Consórcio Dpvat	**3.224**	3.235
Receitas com Depósitos Judiciais e Fiscais	**9**	1
Receitas com Fundos de Investimento	**1.709**	680
Total Receitas Financeiras	**5.995**	6.216
Despesas Financeiras		
Despesas c/ Títulos de Renda Variável	**(17)**	(23)
Despesas Financ c/ Renda Fixa	**(31)**	(33)

Despesas Financ Prov Sin Liquidar	**(170)**	(39)
Despesas Financ Prov Téc Vida Cobert/Sobrev	**(58)**	(78)
Despesas Financ Prov Téc Prev Compl Plano Não Bloq	**(421)**	(512)
Encargos sobre Tributos	**(10)**	(16)
Outras Despesas Financeiras	**(19)**	(45)
Despesas Financeiras - Seguros	**(3.127)**	(3.122)
Despesas Financeiras – Consórcio Dpvat	**(7)**	(8)
Total Despesas Financeiras	**(3.860)**	(3.876)
Total Resultado Financeiro	**2.135**	2.340

g) Ganhos ou perdas com ativos não correntes

	06/2017	06/2016
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		
Resultado na alienação de bens do ativo permanente	(23)	1
Resultado de outras operações	-	-
Ganho com ativos não correntes	**(23)**	1

h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, como segue:

Descrição	06/2017		06/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do imposto de renda, contribuição social e participação nos resultados	**(658)**	**(658)**	(1.468)	(1.468)
(+) Despesas não dedutíveis	**1.176**	**27**	841	76
(-) Receitas não tributáveis	**(51)**	**(9)**	(37)	(7)
(=) Base de cálculo antes das compensações	**467**	**(640)**	(664)	(1.399)
(-) Compensações	**(140)**	**-**	-	-
Imposto de renda	**15%**	**-**	15%	-
Imposto de renda – alíquota adicional	**10%**	**-**	10%	-
Contribuição social	**-**	**20%**	-	20%
(-) Dedução dos incentivos fiscais	**(2)**	**-**	-	-
Total	**68**	**-**	-	-

Porto Alegre, 25 de agosto de 2017.

Diretoria Executiva

Flávio Taboada
Diretor Presidente

Wilson Fontolan
Diretor Vice-Presidente

Luciana Maria Ourique Peixoto
Gerente Contábil - CRC/RS – 072271/O-7

Carlos Henrique Radanovitsck
Atuário Responsável - MIBA – 1213

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
InvestPrev Seguros e Previdência S.A

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **InvestPrev Seguros e Previdência S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **InvestPrev Seguros e Previdência S.A.** em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a **InvestPrev Seguros e Previdência S.A.**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Em 11 de junho de 2015, através de Leilão Extrajudicial, devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil nos termos do Ofício 7831/2015-BCB/DELIQ, Pe nº 63.636, de 19 de maio de 2015, a **InvestPrev Seguros e Previdência S.A**. teve o seu controle acionário vendido pelo Banco Rural S/A – ELE à empresa NPF SEGPAR PARTICIPAÇÕES S/A, sociedade por ações, com sede na Praia de Botafogo, 440, 6º andar, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.404.895/0001-37. O processo de transferência do controle acionário encontra-se em tramitação na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e a gestão da Companhia permanece inalterada até que seja aprovada a transferência do controle acionário.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 16f, a InvestPrev Seguros e Previdência S.A. apresenta em 30 de junho de 2017 Patrimônio Liquido Ajustado (PLA) inferior ao Capital Mínimo Requerido (CMR). A InvestPrev Seguros e Previdência S.A. protocolou junto a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, Plano de Regularização de Solvência visando sanar a insuficiência apresentada.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões Técnicas de contratos de seguros e de previdência complementar - Metodologias e premissas utilizadas no cálculo

Em 30 de junho de 2017, a **InvestPrev Seguros e Previdência S.A**. possui saldos de provisões técnicas de contratos de seguros e de previdência complementar no montante de R$ 102.770 mil, conforme detalhado na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras.
Na determinação dos valores das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar é requerido um julgamento relevante da Administração na seleção das premissas e metodologias chave, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, desenvolvimento histórico de sinistros, taxa de desconto, taxa de cancelamento, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, tábuas biométricas, expectativa de aumento na longevidade, e a aplicação de metodologia para o desenvolvimento dos sinistros ocorridos e prêmios emitidos baseado no triangulo de Run-off, entre outros.
Em função da relevância do julgamento exercido pela Administração, a avaliação das premissas e metodologias utilizadas no cálculo das referidas provisões técnicas foi considerada um risco significativo para nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) testes do desenho, implementação e efetividade dos controles chave relacionados ao processo de registro e avaliação da provisão de sinistros a liquidar, (ii) testes de exatidão e integridade das bases de dados utilizadas nos cálculos atuariais; (iii) envolvimento de especialistas atuariais objetivando:
a) avaliar a adequação das metodologias utilizadas no cálculo das provisões técnicas, b) desafiar as premissas e julgamentos relevantes da Administração em relação às referências da indústria, c) avaliar se a metodologia vem sendo consistentemente aplicada nos últimos exercícios, e d) recalcular, em base de testes, os saldos das provisões técnicas.

Outros Assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras da **InvestPrev Seguros e Previdência S.A.** para o semestre e exercício findo em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2016 apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas conforme relatório emitido em 29 de agosto de 2016 e 21 de fevereiro de 2017 contendo opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras e ênfase sobre a venda do controle acionário e Patrimônio Liquido Ajustado (PLA) inferior ao Capital Mínimo Requerido (CMR).

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da **InvestPrev Seguros e Previdência S.A.** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **InvestPrev Seguros e Previdência S.A.** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a **InvestPrev Seguros e Previdência S.A.** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da **InvestPrev Seguros e Previdência S.A.** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **InvestPrev Seguros e Previdência S.A.**.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **InvestPrev Seguros e Previdência S.A.**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **InvestPrev Seguros e Previdência S.A.** a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Porto Alegre, 28 de agosto de 2017.

Rosito & Filomena
Auditores Independentes
CRC/RS 3993 - CVM 9091

José Albino Filomena
Contador-CRC-RS 43.798